

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)

Liberalism and Romanticism in Brazil: discourses and practices in the building of the brazilian empire (1808-1850)

Liberalismo y Romanticismo en Brasil: discursos y prácticas en la construcción del imperio brasileño (1808-1850)

Libéralisme et Romantisme au Brésil: discours et pratiques dans la construction de l'empire brésilien (1808-1850)

Dalvit Greiner de Paula
Universidade Federal de Minas Gerais
dalvit.greiner@gmail.com

Resumo: Inicialmente entendido como uma categoria literária, o Romantismo tornou-se também uma categoria política, influenciando os homens que fariam o Brasil no século XIX. Poetas ocasionais dedicaram boa parte de suas penas à construção de uma nova sensibilidade para uma nova nação que se queria nos trópicos. Para verificarmos isso, usamos o método indiciário, buscando naqueles maus poemas e poetas, que foram registrados nos periódicos de 1808 a 1850, desejos de uma nova pátria e portadores de um pensamento e uma atitude que podemos considerar pré-românticas.

Palavras-chave: Liberalismo; Romantismo; Independência do Brasil.

Abstract: Initially understood as a literary category, Romanticism also became a political category, influencing the men who would make Brazil in the 19th century. Occasional poets devoted a good part of their writing to building a new sensibility for a new nation that was wanted in the tropics. To analyze this situation, we used the evidentiary method, searching in those bad poems and poets, which were registered in the periodicals from 1808 to 1850, desires for a new homeland and bearers of a thought and an attitude that we can consider pre-romantic.

Keywords: Liberalism; Romanticism; Independence of Brazil.

Resumen: Entendido inicialmente como una categoría literaria, el Romanticismo también se convirtió en una categoría política, influyendo en los hombres que harían el Brasil en el siglo XIX. Poetas ocasionales dedicaron buena parte de su pluma a la construcción de una nueva sensibilidad para una nueva nación que se quería en el trópico. Para analizarlo, utilizamos el paradigma indiciario, buscando en aquellos malos poemas y poetas, que quedaron registrados en los periódicos de 1808 a 1850, deseos de una patria nueva y portadores de un pensamiento y una actitud que podemos considerar prerrománticos.

Palabras clave: Liberalismo ; Romanticismo ; Independencia de Brasil.

Résumé: D'abord compris comme une catégorie littéraire, le Romantisme est également devenu une catégorie politique, influençant les hommes qui feront le Brésil au XIXe siècle. Des poètes occasionnels ont consacré une bonne partie de leur plume à la construction d'une nouvelle sensibilité pour une nouvelle nation qui se voulait sous les tropiques. Pour l'analyser, nous avons utilisé la méthode probatoire, cherchant dans ces mauvais poèmes et poètes, qui ont été enregistrés dans les périodiques de 1808 à 1850, des désirs d'une nouvelle patrie et porteurs d'une pensée et d'une attitude que nous pouvons considérer comme préromantiques.

Mots-clés: Libéralisme ; Romantisme ; Indépendance du Brésil.

Introdução

A concepção de Romântico e Romantismo que trazemos do ensino médio liga-se invariavelmente à Literatura enquanto movimento de sentimentos e ideias exposto em romances e poemas, com características bem definidas entre o Arcadismo do final do século XVIII e o Realismo do final do século XIX. Suas principais características, em sua primeira fase no Brasil, foram a expansão da subjetividade e a busca do nacional, com projetos de nação – e traços de indianismo – desenhados pelos poemas de Domingos de Magalhães (1811-1882) e Gonçalves Dias (1823-1864). Mas o Romantismo vai muito além da Literatura, na Europa da passagem do século XVIII para o seguinte. Enquanto reação a esse período, promovido pela cultura clássica e racional do Iluminismo, o Romantismo tornou-se também uma filosofia política, uma maneira de ver e projetar um futuro para o mundo conhecido, influenciando movimentos e decisões políticas na Europa e nas Américas. Victor Hugo (1802-1885), poeta e crítico francês, afirmava que “o romantismo [...] é o *liberalismo* em literatura” (Hugo *apud* Dovalle, 1868: 16), enquanto expressão da liberdade engendrada pela nova sociedade iniciada com a Revolução de 1789.

Os românticos foram reativos às revoluções industrial e política promovidas pela burguesia no final do século XVIII, carregadas de intelectualismo e irreligiosidade. Buscavam um retorno às tradições locais da nação, nos seus romances e religiosidade medievais, mas principalmente nas suas concepções políticas de cidadania expandida e soberania popular representadas pela terra coletiva, a terra prometida bíblica, a *common land* inglesa, a *Gemeinnschaft* alemã ou, ainda, a *Pantissocracia* de Southey e Coleridge como organizadores de uma utopia nos trópicos. Por tudo isso percebe-se que “a ‘romantização’ significa, sobretudo, simplificar e unificar a vida, libertá-la da dialética do ser histórico” (Guimarães & Próchno, 2016: 74) imposta pela racionalidade iluminista moderna. No Brasil, ao expressar sua opinião sobre os novos romances aqui chegados, o articulista d’*O Recreador Mineiro*, em 1845, expressa o papel da imaginação romântica na construção política de um novo povo:

“o romance é de interesse ao filósofo: é quando em sua imaginação ardente, borbulhando de ideias e de amor do seu país, o autor traça um plano de educação, formula as normas a seguir na lei e coordena um sistema de felicidade pública e nacional. Divino

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

pensamento! Sonho consolador, que faz entrever um futuro mais brilhante! Engano, que deleitando o espírito nos embala o coração!”¹

De passagem, o termo se refere às línguas e às literaturas vulgares da Idade Média europeia. Porém, por se tratar de uma reação ao Classicismo, nega a tradição e a mitologia greco-romana, buscando no passado recente local – ou até mesmo na sua criação, recriação – uma releitura dos seus mitos e valores fundacionais, fortalecendo a ideia de nação. Transposto para os séculos adiante, “designa o que agrada à imaginação, o que desperta o sonho e a comoção da alma [e] o início do século XIX seria marcado pelo lirismo, pela subjetividade, pela emoção e pelo eu” (Ribeiro, 2010: vi), lançando-se ao futuro e gestando a modernidade e, simultaneamente, ao passado das tradições locais, no amor à pátria, fortalecendo as identidades. Ou ainda, na síntese da canção de Veloso (2003): os românticos “cultuavam outra Idade Média, situada no futuro, não no passado” (Veloso, 2003: 185), lembrando-nos da inevitabilidade inerente da passagem do tempo e da circularidade das ideias. Outro olhar nos remete a um processo de recriação do passado, uma reinterpretação prática transformada numa reeducação dos costumes e na feitura de novas leis com novos usos.

Assim, o que buscamos apresentar nesse artigo são resultados preliminares de uma investigação que se esforça em perceber nas fontes históricas traços desse Romantismo no processo de independência política do Brasil (1822). Os autores clássicos brasileiros citados acima são também atores públicos e intelectuais que atuaram na política brasileira, “homens ajustados à superestrutura administrativa” (Candido, 2006: 94) do novo Império que surgia. Porém, nossa pesquisa se dedica àqueles outros que não lograram tal carreira nem ficaram famosos o suficiente para serem citados nos compêndios, na medida em que o seu fazer poético não ultrapassava os periódicos, além de uma ou outra edição em livros. A sua fraca poesia, em sua maioria ainda de caráter panegírico carregado de louvaminhas, tornou-se uma importante fonte histórica que pode nos ajudar a compreender aquele momento histórico de construção da nossa independência política. Segundo Candido (2006), um dos fatores para essa mudança de comportamento e ação deu-se como prolongamento do pensamento pré-romântico do professor Manoel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) no seu alunado, o que contribuiria para a formação do “homem

¹ *O Recreador Mineiro*, 1845: 20.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

de letras como agente positivo na vida civil [...] suscitando pequenos públicos fechados que se ampliariam, pela ação cívica e intelectual, até as reivindicações de autonomia política e, inseparável dela, a autonomia literária” (Candido, 2006: 88).

Nesse momento da nossa história, as dúvidas em torno da construção da nação – e, por consequência, desse sentimento de nacionalidade – encarregavam essa elite intelectual de construir uma nova sensibilidade e uma nova moralidade, colocando-se como projeto e problema a construção do caráter nacional brasileiro. A necessidade de construção de uma escola brasileira, expressão bastante usada à época, em todos os seus aspectos possíveis e necessários. A criação de uma genuína cultura brasileira – na medida do possível – que diferenciasse o Brasil dos demais. Esses “homens de letras buscavam uma integração com outros grupos de poder, que não interligavam necessariamente o campo cultural” (Morel, 2007: 32), expandindo para a política os seus projetos de nação e Estado. Porém, é preciso sempre ficar atento à distribuição do poder ideológico na sociedade, representando não apenas um pensamento, mas também uma ação com características românticas no sentido político que estamos aplicando. Este projeto de nação e Estado visava também construir uma opinião pública por meio dos periódicos que, apesar da contradição proposta pelo Liberalismo racional utilitarista, careceria de um embasamento sentimental para se infiltrar e se invisibilizar na nova nação florescente. Era preciso construir uma opinião pública que apurasse, aceitasse e diferenciasse, tanto interna quanto externamente, esse novo império, criando assim uma fronteira física e ideológica em relação aos novos Estados do continente americano de governos republicanos e de falas espanhola e inglesa.

A atitude instintiva, em contraposição à atitude racional, passa a ser a tônica do homem romântico brasileiro nessa virada dos séculos XVIII-XIX. Porém, sendo a política um conjunto de ações racionais, o desafio lançado aos nossos pré-românticos foi a conciliação entre uma atitude e outra, entre um sentimento e outro. Este é um silêncio que a historiografia nos legou: o caráter romântico do nosso processo de independência política e o início da construção do Estado brasileiro. Seria, pois, a Independência do Brasil um fato com características ideológicas românticas, além de um fato politicamente marcado pela concertação da classe senhorial brasileira e a Coroa Portuguesa? Ou seja, outros movimentos independentistas da América espanhola experimentam uma cultura

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

liberal, racional e iluminista buscando uma visão de mundo moderna, diferenciando-se, na forma e no conceito de soberania, da América portuguesa?

Para isso, seria preciso responder a algumas questões que nos propusemos: o que seria um romântico no início do século XIX no Brasil diante de um processo de construção de uma novidade no continente? O que seria, pois, o Romantismo aplicado à política por aqueles homens que se dividiam entre o fazer intelectual e artístico, buscando entender o fato histórico – a Independência do Brasil – como um desejo romântico de um novo Império? Seus personagens, que assumiram esse desejo romântico, eram homens das letras e da política, mesclando suas atividades intelectuais, disponibilizando-se a construir uma nova sensibilidade. Por fim, verificamos na comemoração da efeméride esse retorno a um Brasil romântico representado no fundamentalismo religioso e na política militarista e liberal-conservadora.

Ser romântico no Brasil Império

Após a independência política, a primeira legislatura (1826-1829) da Assembleia Nacional buscava ordenar o novo país, provendo-o das leis e instituições necessárias. As discussões do Poder Legislativo conviviam com o despotismo do Poder Executivo que teimava em resolver questões políticas à maneira militar, posicionando soldados nas províncias por meio das Comissões Militares. A luta da classe senhorial não via resultados, na medida em que os seus desejos locais não eram satisfeitos, o que viria a acontecer com o Ato Adicional de 1834. Para além disso, a *manu militari* do rei vinha se valendo na centralização e no controle do poder político. Para os deputados, “ser cidadão só para sofrer os encargos da sociedade e nunca para gozar os seus cômodos, [...] é desgraçada condição”² que não estavam dispostos a aceitar nem a concorrer para o seu sucesso. A classe senhorial queria construir um poder que se fizesse moderno na Constituição – a condição de cidadão –, mas em que não se perdessem aqueles direitos naturais nos quais todo homem entra com seu nascimento. O estado gozoso proporcionado pelos direitos naturais deveria ser ampliado na vida em sociedade, não o contrário, configurado pela relação despótica do absolutismo monárquico do Antigo

² BRASIL, *APB*, 1826: 105.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

Regime. Era, portanto, necessário retornar à condição anterior, mais além no passado. Porém, qual passado?

Ao considerarmos os periódicos como fonte de pesquisa demonstrativa da sociedade à época, com suas leituras de presente e anseios de futuro, poderíamos traçar um esboço desse sentimento romântico no Brasil do Primeiro Império. Mais do que o noticiário político, movimento do porto, negócios e negociantes, tidos como atitudes e pessoas racionais, é preciso buscar esse sentimento romântico naquelas manifestações que são tornadas públicas por meio do poema ou da linguagem literária, mesmo que incipiente em se tratando de uma Literatura Brasileira neste período. Para nos aproximarmos do cotidiano, os periódicos – mesmo não escritos no calor da hora – são fundamentais para a nossa compreensão do grau de letramento de uma sociedade. Apesar de desconhecermos o que acontece na imaginação do leitor, o periódico nos dá uma síntese dos vários comportamentos e susceptibilidades de um grupo social, de uma cidade ou região. Além disso, para o nosso caso, é preciso percorrer esses documentos seguindo uma advertência: de qual natureza falavam os nossos pré-românticos com suas cores políticas e suas visões de mundo impressas nos livros e periódicos? Ou seja, qual era a natureza dos homens e das coisas à qual se opunham os nossos pré-românticos? Sem uma Revolução Industrial nos moldes ingleses, com a formação de um proletariado analfabeto e sem moral religiosa, restava uma aversão à Revolução Francesa e sua desagregação política com a negação do trono e do altar. Era preciso se opor a essa natureza: libertária, no aspecto político; libertina, no aspecto moral-religioso.

Em 1817, na sua ascensão a rei de Portugal, do Brasil e dos Algarves, D. João VI ouviu do embaixador do Imperador de todas as Rússias a saudação como chefe de uma Casa imperial “no seio do Novo Mundo e no meio dos ricos benefícios de uma Natureza fecunda e majestosa”³, demonstrando assim a novidade de um Império em terras tropicais: grandeza e riqueza proporcionadas pelo novo mundo. Esse reconhecimento, para além da novidade política que serviria de exemplo a uma regeneração europeia, era também o de uma natureza capaz de dar sustentação a essa novidade. A ideia de um novo império nesses trópicos deveria se configurar, politicamente, como uma forma de apagar “para sempre os vestígios de sistemas d’ora em diante incompatíveis com a exigências das luzes

³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 40, 17 maio, 1817: 1.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

sociais e com a regeneração da ordem política na Europa”⁴. A ideia de longevidade na fala do embaixador, ao exprimir o desejo do Império Russo, demonstrava também uma esperança depositada pela Santa Aliança (1815) de se criar aqui algo essencialmente exemplar e romântico, na medida em que essa novidade deveria colocar o Brasil – e assim servir de exemplo à Europa – num passado anterior àquelas convulsões do fim do século XVIII. O otimismo ficaria por conta daquilo que o embaixador considerava vestígios, como se o centro irradiador, a “cabeça da hidra”, já tivesse sido cortada ou, pelo menos, controlada. Essa incompatibilidade seria explicada pelo aceite que parte da Europa tinha pelas ideias liberais, porém com ressalvas àquelas ações francamente racionais, democráticas e anticlericais, o que recriaria o conceito de natureza humana. Ficaria claro o desejo de um retorno àquela figura iluminista – iluminada? – do déspota esclarecido, do bom pastor cristão e “Pai de Vossos Vassallos [e] Monarca Pai da Pátria”⁵, que sabe e conhece da necessidade de seus vassallos, ou seja, a necessidade de trazer à tona aqueles “princípios sábios e liberais, que demanda o espírito verdadeiro do Cristianismo, desenvolvidos pelas leis da moral política e administrativa, [que] são as únicas bases duráveis da prosperidade dos Impérios”⁶, deixando transparecer a natureza cristã e ordeira do homem para que, então, essa novidade se completasse efetivamente.

No ano seguinte, ao comentar um artigo do *Correio de Londres* discorrendo sobre as causas revolucionárias do século e reproduzido na *Idade d’Ouro do Brazil* (1818) na Bahia, o redator dava-nos conta das revoltas nas ruas de Londres e da advertência de um orador protestante àqueles distúrbios. Em seu comentário, o redator dá ênfase ao alerta do orador sobre o fato de “que a subversão das ideias religiosas tem produzido todos os males que afligem a Sociedade”⁷. E emenda: “A profanação da Religião seja ela qual for, é sempre precursora da ruína do Estado, porque esta profanação arruína os costumes e sem costumes não há Leis, não há Magistrados, nem Cidadãos honestos”⁸. Resumindo: não haveria Sociedade. Nas palavras do orador protestante, o mal de que padecemos “é de duas naturezas, metade terrestre e metade infernal”⁹, ambas contrárias a Deus e aos

⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 40, 17 maio, 1817: 1.

⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 40, 17 maio, 1817: 1.

⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 40, 17 maio, 1817: 1.

⁷ *Idade d’Ouro do Brazil*, 1818: 1.

⁸ *Idade d’Ouro do Brazil*, 1818: 1.

⁹ *Idade d’Ouro do Brazil*, 1818: 1.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

homens. Esse mal foi imputado aos homens pelos Filósofos, cuja principal característica era “o desacatamento à Divindade”¹⁰, abjurando a Revelação e sua Religião, que se tornava empecilho para suas ideias. E quais eram essas ideias? Ideias de liberdade e igualdade que empreenderam uma “corrupção sistemática do povo”¹¹ e que foram levadas a termo, politicamente, por demagogos que ensinavam este povo a “imitar os seus superiores e a escarnecer igualmente o Altar e o Trono”¹². A grande preocupação do sermoneiro era a difusão daquelas ideias pelo mundo conhecido, o que poderia provocar “uma lamentável mudança nos hábitos e disposições dos povos (especialmente nas cidades e nos lugares de fábrica)”¹³. O pavor da desagregação social estava presente em todo o sermão, publicado no Brasil como um alerta às ideias que aqui chegavam. A única salvação seria um apego à religião, esse “freio saudável que reprime nossos desejos”¹⁴ como forma de manutenção do laço social, pois “a fé ensina os deveres”¹⁵ e sem a religião “tudo pereceria no naufrágio”¹⁶.

Passados trinta anos, em 1849, *O Testamento de Judas*, uma sátira publicada no Rio de Janeiro, deseja o enforcamento de algumas figuras do Império, à semelhança de Iscariotes, considerado o delator de Jesus Cristo, por terem traído a causa daquele mesmo Império: suas “sagradas instituições, não respeitando nem aquela que emana do Redentor do mundo”¹⁷, ou seja, a Igreja Católica, braço ideológico do Império. Nesse parágrafo do seu testamento, o autor deseja o enforcamento daqueles homens por todos os males causados à pátria, usando a boa-fé do povo, induzindo-o “a perverter todos os doces sentimentos da natureza”¹⁸. Podemos entender como males causados à pátria os rumos que o Império tomara até aquele meio de século, em que ainda buscava a sua consolidação interna e externa no aspecto político e a perversão da índole “natural” do homem brasileiro, inculcando-lhe ideias de república, entendida e difundida como sinônimo de anarquia e democracia. A ideia de uma pátria e de um povo que foram traídos fica

¹⁰ *Idade d’Ouro do Brasil*, 1818: 2.

¹¹ *Idade d’Ouro do Brasil*, 1818: 2.

¹² *Idade d’Ouro do Brasil*, 1818: 2.

¹³ *Idade d’Ouro do Brasil*, 1818: 3.

¹⁴ *Idade d’Ouro do Brasil*, 1818: 3.

¹⁵ *Idade d’Ouro do Brasil*, 1818: 3.

¹⁶ *Idade d’Ouro do Brasil*, 1818: 3.

¹⁷ *O Testamento de Judas*, 1849: 3.

¹⁸ *O Testamento de Judas*, 1849: 3.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

evidente na nomeação dos traidores: ali estão os liberais saquaremas, dirigentes provinciais e nacionais.

Em 1813, surgiria na Corte do Rio de Janeiro o periódico *O Patriota – Jornal Litterario, Politico, Mercantil etc.* Sua epígrafe: “Eu desta glória só fico contente, que a minha terra amei, e a minha gente. Ferreira”¹⁹. Apesar da epígrafe ser constituída por versos de um poema do século XVI, já se estampava ali uma mudança de pensamento em relação ao patriotismo desejado do povo e da nação: o amor à terra e à gente, não tão mais diretamente ao rei.

Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838), da geração intelectual e apadrinhado por Souza Coutinho, conde de Linhares (1755-1812), foi fundador do jornal *O Patriota*, de divulgação científica e cultural, e redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Aquele periódico, primeiro divulgador científico do Brasil, tinha entre seus colaboradores os maiores nomes da intelectualidade brasileira no período imediatamente anterior à Independência, afirmando-se como espaço privilegiado de debate científico, literário e político. De extração iluminista, percebe-se na sua parte literária essa contradição entre racionalismo e romantismo – ora privilegia a razão e o individualismo, ora a imaginação, a emoção e o sensualismo:

“Que sinto, ó Deuses, que transporte é este?
Arde-me o coração dentro do peito,
Um súbito furor me ataca a mente;
Ferve o sangue nas veias;
Mil contrárias ideias
Me assaltam de tropel! ... Razão sagrada,
Onde estás, ó Razão? ... não vales nada”²⁰.

Numa ode ao príncipe regente D. João, recitada em Paris a 5 de janeiro de 1808²¹ e publicada mais tarde neste periódico, o poeta vê na mudança de monarca a oportunidade de construção de um novo império e, apesar de seu tom panegírico, já trazia a influência romântica no seu desejo. Demonstrativo dessa influência é que lá adiante – no tempo e no espaço –, estaria um novo Império que se dominaria com o arado:

“Do Amazonas ao Prata em toda a pompa
A Natureza brilha: é lá que a frente
O novo Império alteia, e suas bases

¹⁹ *O Patriota*, 1813: 1.

²⁰ *O Patriota*, 1813: 61.

²¹ *O Patriota*, 1813: 68-73.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

São peitos Portugueses”²².

Para o poeta estava claro o desejo de uma geografia grandiosa que abarcaria toda a América do Sul, onde se ergueria um novo Império com bases portuguesas. A natureza daria a independência desse extenso Império, fosse em suas matas, fosse em sua agricultura, na extração ou no cultivo. Na estrofe, é visível o desejo de construção daquele sonho de um grande império. O futuro do Império lançava suas bases na Natureza e sua independência na Agricultura, ou seja, no aproveitamento da natureza. Numa resposta ao poeta português Filinto Elísio, em 17 de agosto de 1810, o poeta afirma:

“Veio-me com a razão o amor da Pátria,
Aquele enobrecendo, este incitando
O estudo: vereda encontrar busco,
Que aos desejos, em que ardo, me encaminhe:
Nas plagas de Cabral, meu pátrio ninho,
Tão louçã, quanto inculta, a natureza”²³.

A razão informa e enobrece o amor da pátria, incitando o estudo. Aqui opera a razão iluminista, misturando-se ao sentimento de amor à pátria. A razão terá uma finalidade única que é domar a natureza inculta, não apenas cultuando-a, mas cultivando-a. Passado e presente. Era uma reação do sensualismo ao racionalismo: desejos que encaminham de volta à terra natal. Uma decisão emocional, porém informada na razão, que ensina uma nova maneira de reconhecer a soberania. Assim,

“Não caberia aí nem o retorno ao Antigo Regime, nem o aprofundamento das transformações revolucionárias, mas o estabelecimento de novas ordens nacionais e constitucionais que procurassem reformar as relações sociais e econômicas gradativamente através de mutações políticas e culturais” (Morel, 2007: 23).

Na tentativa de educar essa nação para essas novas atitudes, o periódico *O Instincto* arroga-se como o porta-voz daquilo que seria o grito primal humano, reflexo de seu instinto e, portanto, avesso a racionalismos de qualquer tipo ou extração. Apesar da contradição exposta já no próprio veículo e no seu número inicial, para os redatores, o *Instincto* – tanto o periódico quanto o impulso natural – seriam a “guia mais esclarecida, mais segura do que quantas regras e preceitos”²⁴ que se encontrassem em qualquer obra

²² *O Patriota*, 1813: 73.

²³ *O Patriota*, 1813: 5.

²⁴ *O Instincto*, 1839: 1.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

desenvolvida pela razão humana. Ao final do número inaugural, acrescentavam suas regras para contribuição. A principal era a fidelidade ao instinto (aqui no duplo sentido que se queria dar à palavra) e, “nada de *Metafísica Social*; nada de *Matemática*, nada de *Poesia*”²⁵. Essa recusa às atividades intelectuais já demonstrava aquele desejo de retorno a uma ordem anterior perdida com as novidades revolucionárias, porém renovada e revestida de uma nova sensibilidade. Nada de racionalismos, apenas o instinto. A melhor notícia que o periódico poderia reverberar era a reforma do Colégio Pedro II, essencialmente humanista e racional – apesar de elitista e conservador –, levada a termo naquele ano de 1839. Para o redator, aquela instituição de ensino “era um templo consagrado à Poesia, no qual também se viam elevados altares às Sras. Donas Matemática e Metafísica Social”²⁶ para então anunciar a queda dessas disciplinas idolatradas pelos professores anteriores àqueles que promoviam a reforma: “Benza-vos Deus, mãozinhas santas, que com tanta sabedoria derrubais os ídolos! Estão em terra a Metafísica, a Poesia e a Matemática! Levante-se, viva e impere o Instinto! O Instinto só! O Instinto às direitas!!”²⁷.

A nova ordem pregada pelo periódico dava o tom do que era o Brasil recém-independente: comércio livre, inclusive de gente, é o que pregava *O Instincto*, permitindo naquele liberalismo utilitário, o que era considerado a ordem natural das coisas, seguindo o que pregavam deputados e senadores com argumentos baseados na economia política. A justificativa, sempre religiosa, era a da salvação “das garras de seus canibais senhores, [de] grande número de africanos, que vinham entrar no grêmio da Igreja Católica, e receber uma educação própria da nossa era”²⁸. Educação própria, atual e atualizada, dizia da moral cristã, incluindo-se aí a relação natural de mando e obediência entre senhores e escravos. A prova disso era a execração pública dos livros, perigosos e perniciosos, pois “falta-lhes – verdade”²⁹. O periódico não se ocupa em esclarecer de que verdade fala, porém, a sua leitura denuncia a ordem que pretende para o Império: a verdade se revestia de um conservadorismo ordeiro, portanto, obediente e servil. Um retorno ao passado colonial, porém num Império independente.

²⁵ *O Instincto*, 1839: 6. (Itálico no original).

²⁶ *O Instincto*, 1839: 4.

²⁷ *O Instincto*, 1839: 4.

²⁸ *O Instincto*, 1839: 3.

²⁹ *O Instincto*, 1839: 3.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

Melhor que dizer da Revolução, à época um conceito político ainda em construção, talvez seja de nosso interesse falarmos de Regeneração, uma ideia romântica de dar uma nova vida, regenerar, tornar à vida algo que já está ficando velho, mesmo que de nascimento recente, como eram as revoluções burguesas. Um conceito semelhante à Reforma. Para *O Campeão Portuguez* não se faria a novidade com “Cortes velhas, manejadas por aqueles que nô-las traziam roubadas”³⁰ e que, portanto, “a hora da regeneração política estava chegada, e o relógio revolucionário devia irremediavelmente fazê-la soar”³¹. A regeneração viria com homens e processos novos da revolução que então ocorrera. Por isso, *O Campeão Portuguez*, na sua defesa da Revolução do Porto de 1820, destacava:

“Quando o pacto social se quebra por aqueles que por obrigação o deviam fortificar, as nações recobram seus primitivos direitos naturais e resistem à violência dos governos com o mesmo direito que um indivíduo resiste a outro, quando não tem leis que o defendam. E quem poderá dizer que o indivíduo que resiste à violência é o violador? Da mesma maneira o povo, que resiste às revoluções, feitas por seu governo nas leis, costumes, bons usos e liberdades nacionais, não é revolucionário; e só corretamente falando, uma simples contrarrevolução ou uma legítima defesa dos seus direitos violados”³².

Numa visão romântica da revolução, o que o articulista propõe é um retorno, uma contrarrevolução, como ele mesmo apresenta a Revolução do Porto, pois ela é sinal da resistência, recobrando direitos naturais da nação portuguesa. Uma atitude de legítima defesa contra aquelas ideias que mudaram leis e costumes do povo. Para o articulista, o governo português buscara modificar tão radicalmente o povo em seus hábitos, leis, moral e costumes que era preciso retornar a uma situação anterior. A Revolução do Porto previa um avanço liberal – a Constituição –, mas também previa um recuo cultural, religioso e salvacionista, definindo os rumos do lado de cá do Atlântico. Esse recuo cultural dar-se-ia no Brasil pelo viés religioso, caro aos românticos, haja em vista “a preocupação destes poetas com o Velho Testamento – que seria largamente utilizado no Romantismo – definindo um universo religioso diverso da piedade rotineira” (Candido, 2006: 115), na esperança do restabelecimento de uma ordem perdida e que se tornara em necessidade de construção da cultura brasileira.

³⁰ *O Campeão Portuguez*, 1821: 430.

³¹ *O Campeão Portuguez*, 1821: 430.

³² *O Campeão Portuguez*, 1820: 186-187.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

Romântico, neste novo Império, deveria ser alguém que sonhasse com uma pátria que ainda não existia enquanto Brasil, mas com pequenas capitânias – e depois a sua transformação em províncias –, capazes de funcionar no imaginário popular como um lugar de culto, de adoração. Na falta de uma memória que ativasse o culto, era preciso criar uma sensibilidade que valorizasse o que estava diante de si: a natureza. A natureza, neste momento, toma um duplo sentido: é algo a ser cultuado e algo a ser explorado. Cultuado por meio do indígena, explorado por meio de suas terras. A visão do paraíso já havia se perdido, porém o reforço na crença de que era possível retornar a ele foi ampliado pelas ideias religiosas e, contraditoriamente, liberais e românticas.

Dessa maneira, percebemos em nossas leituras as dificuldades para a entrada do Liberalismo no Brasil. O individualismo romântico buscou servir a esse propósito voltando-se à religião, criando assim uma contradição: ensinar o Liberalismo, herdeiro político do Iluminismo racional e metódico, não encontrava sua oposição apenas no Cristianismo católico da Igreja no Brasil. O projeto romântico também tomaria os periódicos aqui editados, mas não entraria em conflito aberto com o utilitarismo econômico porque caminhavam lado a lado, não de mãos dadas, mas no mesmo rumo: o da Tradição – a ser inventada juntamente com a nação –, e o da Conservação.

Portanto, essa Natureza – falava-se da Natureza física mesmo corrompida pela natureza humana – seria a regeneradora da nação. Regeneradora tanto no aspecto econômico, quanto no aspecto civilizacional, conforme afirmação do deputado Batista de Oliveira na discussão sobre o meio circulante, em 10 de setembro de 1832. Para este deputado, os brasileiros formavam uma nação que “destinada pelos recursos imensos de que a natureza favoreceu para emparelhar-se um dia com as nações mais poderosas”³³ apenas faria frente às mesmas se investisse tais recursos na fortificação e defesa do território, na infraestrutura civil e militar, de modo que tudo e todos “conspirarão para o aumento de nossa força e civilização”³⁴. Essa natureza, portanto, não aumentaria nossa civilização pela força e investimento na educação da população, mas sempre no território conquistado. Seria uma vitória do utilitarismo sobre essa visão romântica da sociedade, relegando-o à natureza física do território e não mais à moral? Ledo engano!

³³ BRASIL, *APB*, 1832: 264.

³⁴ BRASIL, *APB*, 1832: 264.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

A Independência do Brasil: um ato romântico?

Em 17 de maio de 1826, o deputado Januário da Cunha Barbosa pediu a atenção da Assembleia Geral para prestar contas da tarefa de que fora incumbido junto ao Imperador, felicitando-o pela abdicação do trono português em favor de sua filha D. Maria, entronizada com o título de D. Maria II (1819-1853). Em sua oração afirmou o seguinte:

“V. M. Imperial, por este memorável ato, fecha completamente no Brasil o grande círculo da independência Americana, entrando nos verdadeiros interesses do continente, que a natureza separara do velho mundo desde a sua criação e parece repetir as palavras de um célebre político, quando ajuizava da nossa grandeza pelas circunstâncias da nossa localidade – ‘seja a Europa da Europa e a América da América e só então a sua prosperidade irá muito além do alcance da presente geração.’ – V. M. Imperial oferece também ao Brasil um motivo de glória, de que ele se deve mostrar, por assim dizer, ufano”³⁵.

A natureza seria, neste momento, a justificativa para a independência: grandeza, fartura, beleza separadas, naturalmente, do velho mundo europeu desde a criação do mundo por um oceano. Não haveria melhor justificativa para a independência que não fosse voltar à ordem natural e divina das coisas.

Seria possível então considerarmos a Independência do Brasil um ato romântico? *Grosso modo*, não! Porém, o pensamento daqueles homens era também carregado de muitos desejos e projetos de futuro que se assemelhavam com o passado que o processo revolucionário francês gostaria de ter encerrado: aquele absolutismo, esclarecido ou não pela ação dos déspotas do século XVIII. O advento das Constituições como condição para se tornar um Estado foi sendo paulatinamente atendido pela maioria dos governantes europeus a exemplo dos novos países americanos. As justificativas religiosas se davam pelo desejo dos deputados, representantes da nação. O Brasil não ficaria de fora e a sua Constituição de 1824 modelou a de Portugal de D. Pedro IV e sua filha D. Maria II.

Por outro lado, para tornar-se Império, o novo Estado recorreria às ideias nativistas para criar o sentimento pátrio de brasilidade, embalado na língua portuguesa e na religião católica, levados a termo pela escola, pela Igreja e pela imprensa periódica. Dessa maneira, a pátria que até então era vista apenas como o local de nascimento, passa a se identificar com a nação de homens brancos e católicos espalhados por todo o território, mesmo que em minoria numérica. Nesse sentido, o Estado deixaria de lado todo e

³⁵ BRASIL, *APB*, 1826: 74.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

qualquer sentimentalismo para com os negros escravizados, dando-lhes apenas o batismo na religião católica. Porém, se viraria para os indígenas, oferecendo-lhes alguma educação por meio da continuidade dos Diretórios dos Índios, salários – baixos – pelo trabalho como justificativa de que não eram escravos e alguma terra no formato de confinamento em suas aldeias, como estratégia de controle do território.

Na Literatura e nos periódicos há um esquecimento total dos negros, à exceção de *Vítimas algozes* (1860) de Joaquim Manuel de Macedo, não o primeiro, mas o mais panfletário dos romances contra os negros. Era preciso manter o medo aos negros e criar o mito indígena. Assim, José de Alencar e Macedo dão-se as mãos para construir essa brasilidade por meio de seus romances na imprensa periódica.

A ideia do bom selvagem já estava presente no imaginário brasileiro em franca oposição ao homem civilizado. Veja-se, abaixo, uma ideia bastante romântica que fazia o editor do *Revérbero Constitucional Fluminense*, ao publicar correspondência escrita em 14 de maio de 1822 na vila de Sabará, MG, sobre o indígena e o homem, dito civilizado:

“Os Selvagens, que nada tendo, de nada precisam; que satisfazendo frugalmente as necessidades naturais, julgam supérfluas as produções exquisitas [sic] do universo; que vendo os Europeus correrem insaciáveis, e fora de si após de objetos, que eles desprezam, de sangue frio tem por insensatos os homens, que criando necessidades factícias vivem incessantemente agitados com trabalhos e fadigas ao alcance de coisas a seus olhos inúteis e talvez nocivas.

De outro lado, o homem civilizado, que inventando instrumentos, acha meios de multiplicar suas forças; que imaginando teorias e fazendo aplicação delas comanda a natureza na segurança e na extensão de seus recursos e de suas comodidades, tem os Selvagens em pouco mais que os quadrúpedes; e foi preciso que o papa Paulo III os declarasse homens para eximi-los da brutalidade de seus Conquistadores”³⁶.

Toda a memória, da qual faz parte o excerto acima, é dedicada a respeitar e imaginar uma boa relação com o indígena brasileiro. Possivelmente, vinda de Sabará, seria a correspondência de alguém ligado a algum periódico, um magistrado ou até mesmo um professor na vila. Obviamente, era de alguém com letramento suficiente para citar Benjamin Franklin (1706-1790) e os nomes de vários indígenas que colaboraram para o engrandecimento do país até aquele momento. Além destes desconhecidos que não assinavam suas correspondência aos periódicos, acrescentamos aqueles homens de letras que, como vimos, faziam parte da burocracia imperial, ora por eleição de seus conterrâneos, ora pela nomeação do governante de plantão, fosse na província, fosse na

³⁶ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 1822: 43.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

Corte. Participavam ativamente do comando do Estado para sua manutenção física, na medida em que a poesia não supre necessidades materiais. Porém, nessa condição e como condição da sua manutenção no poder, esses homens cuidavam – mesmo que involuntariamente – de construir e reconstruir essa nova sensibilidade, ainda em disputa, com as velhas e novas correntes de pensamento. Mas o que caracteriza esse homem do século XIX, na medida em que “O escritor romântico usa a imaginação, os seus sentimentos e instintos” (Ribeiro, 2010: 7) era a necessidade de construção de uma nova sensibilidade que, levando aos extremos do território a língua e a religião, garantiria um apreço à ordem social inabalável na figura do Estado e da Igreja Católica.

Outro exemplo desse período é B***, “o mui saudoso caro Amigo Borges” (*O Patriota*, 1813: 8), Domingos Borges de Barros (1779-1855), primeiro e único barão e visconde de Pedra Branca, que era o responsável pela parte literária do periódico, tornando-se o seu mais assíduo colaborador e editor. Baiano de nascimento e estudante de Coimbra até 1804, voltou ao Brasil em 1811 vindo dos Estados Unidos, para onde havia fugido em 1810. Trazia versos de Paris, onde residiu de 1806 a 1810, e “desde 1825 publicou versos à moda romântica, sobretudo um poema, ‘Os túmulos’, reeditado pela Academia Brasileira [de Letras], que o considerava precursor do nosso romantismo” (Garcia, 19--: 2). O poema teve sua primeira publicação em Paris e sua aparição foi noticiada em 1826 pelo periódico *Diário Fluminense*³⁷, na medida em que o filho havia morrido “no dia 5 de fevereiro de 1825 com 10 anos de idade” (Barros, 1850: 21). O túmulo, lugar definitivo e fatal, local de culto, é desejo a ser cumprido pelos que aqui ficam: enterrar seus mortos criando assim o culto àqueles que fizeram a história: “o amor de teus pais cumpriu teus votos e satisfez o teu nobre desejo” (Barros, 1850: 24). O poeta põe na boca do filho aquilo que considera o desejo de todo e qualquer brasileiro, a última voz, o último desejo:

De outro sol, de outra terra nada quero.
Do meu país, até gosto dos defeitos;
Estrangeira pronúncia emitem outros,
Meu assento Bahiano guardei sempre.
É lembrança dos sons da minha infância:
Não, não deixem meu corpo em terra de outros (Barros, 1850: 24).

³⁷ *Diário Fluminense*, 1826: 212.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

As marcas da terra onde nasceu, sua pátria é revelada na negativa de não querer outra, nem para viver nem para morrer; pátria perfeita, na medida em que seus defeitos são ignorados. Pátria que se apresenta na língua, no sotaque baiano do poeta. O sentimento é local, porém já há desejo de uma pátria grande, nacional. A lembrança dos sons da infância torna-se o retrato do desejo de retorno, de não ficar, em hipótese alguma, em terra de outros. Isso demonstra, da parte do autor, um total controle sobre o território: o Brasil, a Bahia, seu engenho já eram considerados sua terra, com posse e propriedade, com cultivo e culto que não podiam e nem pertenciam a outrem. Mas algumas questões devem ser esclarecidas e o poema toma ares de denúncia e catequese:

Ateu, dize em que pões tua ventura,
 Pátria, amigos, família que te importam?
 Sem religião o que é Sociedade?
 Que nexos pode haver que ligue os homens?
 Se a virtude com o vício se confunde
 Se o bem prêmio não tem, castigo ou crime?
 Tanta filúcia em si, é insolência
 Que insulta a natureza, inverte a ordem.
 Porque há-de trabalhar quem nada espera?
 Para quem nada espera, tudo é nada (Barros, 1850: 28).

As questões postas pelo poeta devem buscar respostas na política. Morando novamente em Paris, agora encarregado dos negócios brasileiros na França, o autor sabe, neste momento da escrita do poema, que o Brasil vive suas atribuições. Passados três anos da Independência, D. Pedro I tinha dificuldades em suas relações tanto com o povo quanto com a classe senhorial. Em 1825, a novidade de um Império nos trópicos vinha com uma Carta outorgada em 1824 e um parlamento que ainda não existia, concentrando o poder nas mãos do Imperador, que o exercia por meio das Comissões Militares. Era preciso retornar a uma situação de ordem para manter o laço social abalado pelo liberalismo democrático e anárquico representado pela Assembleia Constituinte de 1823.

A proposta seria o confronto do ateísmo proclamado pela Revolução Francesa (1789) com o laicismo necessário do Estado. Enquanto a Revolução Francesa pregava um novo laço social embasando seus argumentos numa filosofia racional e iluminista, deixava de lado a pregação cristã católica. A ideia de que sem uma religião seria impossível existir uma sociedade faz com que o autor veja a única possibilidade de explicação para a desagregação social: a confusão entre virtude e vício, a injustiça que não premia os bons nem pune os maus. Acusa que essa presunção – filúcia – de uma

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

sociedade sem religião seria um insulto à natureza, pois inverteria a ordem que se espera na sociedade. Qual ordem? Aquela ordem criada e imposta pela classe senhorial. Ou seja, desestruturaria aquela ordem social que imperava no Brasil. E reforça, acusando aquele não-crente de embrutecer como os demais:

Dizes que não há Deus e existe o acaso!
 Há obra sem autor? Eia, responde!
 Eu adoro o meu Deus, tu o que adoras?
 Tão nobre sentimento não conheces
 Infeliz! Que te pões à par dos brutos:
 Seremos fumo que se vai nos ares?
 Um fantasma será essa potência
 Que inventa, que compõe? O que é o homem? (Barros, 1850: 29)

Marcas de 200 anos

O *Revérbero Constitucional Fluminense* perguntava, em 1822: “qual deve ser o intervalo entre o Selvagem miserável e o Cidadão orgulhoso?” (*Revérbero*, 1822: 44). Essa era uma questão que estava posta para aqueles descrentes das revoluções em que a burguesia tomou o Estado. Com essa questão, a influência do Romantismo vai se fazendo cada vez mais presente em terras brasileiras. Território conquistado aos portugueses europeus pelos portugueses americanos, mais que uma disputa entre irmãos, o Brasil se tornaria em resultado dos desejos dos portugueses do lado de cá do Atlântico, os brasileiros. Porém, não apenas um desejo político de independência e soberania, mas também um processo simbólico, imaginado e bem-acabado no conceito de regeneração, como algo novo que deveria nascer após a morte do sistema colonial, posto a pique por D. João VI ao abrir os portos às nações amigas. Para isso, mais do que criar um Estado, era preciso criar uma Nação, uma nova sensibilidade que instaurasse um novo culto, uma nova cultura para aqueles que se diziam brasileiros, obrigando os demais a participarem do novo grêmio. Assim, a resposta possível do *Revérbero* tiraria o indígena de sua condição e estado de miserabilidade para igualá-lo ao cidadão orgulhoso de pertencer a uma Nação e Estado, diminuindo ou até mesmo retirando o intervalo entre um e outro. Porém, como?

Passados 200 anos, além dos romances, a nossa geração pré-romântica e romântica do século XIX legou-nos um Brasil com uma visão negativa da civilização. Que orgulho poderia ter um cidadão brasileiro no século XIX convivendo e dependendo da mão-de-obra escravizada de africanos antes livres em suas terras? Para isso, fez-se necessário

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

imaginar e construir uma nação sem os negros (nem os negros brasileiros) e lançar seu mito fundador no indígena, porém portador de valores cristãos e europeus.

O império brasileiro tornar-se-ia um avanço porque liberal e constitucional, criando-se assim o Estado brasileiro com suas normas e instituições. Porém, demonstra seu viés conservador, na medida em que adota sonhos e práticas ligadas ao Romantismo, principalmente o retorno à tradição. Mas uma tradição inventada na religião e não o resultado de uma transformação cultural naturalmente construída na presença de três etnias e uma multiplicidade de nações, aqui presentes ou para cá trazidas. Por fim, na Constituição de 1824, o gravame da religião, na medida em que o novo Estado não tinha nenhuma tradição de onde pudesse lançar suas bases sentimentais para reconstruir uma outra sensibilidade nativista. Ou uma nova sensibilidade. O sonho de um império nos trópicos era assegurado por um modelo agrário-exportador que nunca dispensaria a mão-de-obra escrava impedindo o avanço de qualquer novidade nas relações de trabalho.

Como resultante de nosso processo de independência e embalado pelas instituições educativas – escola, igreja e imprensa –, tal efeméride encontra-se marcada pelo conservadorismo político e uma ordem social embasada na violência. Em 1872, no seu cinquentenário, ascende mais uma vez o liberalismo conservador como certeza dos acertos políticos da época deixando de lado qualquer veleidade abolicionista que acirrava cada vez mais o debate em torno da escravidão. Em 1922, já em seu centenário e já transformado em Estado republicano, o presidente Arthur Bernardes (1875-1955) governa sob estado de sítio convivendo com as críticas do Modernismo de Oswald de Andrade (1890-1954) e Mário de Andrade (1893-1945). O *Manifesto Antropofágico* busca uma nova visão do país pelo viés romântico indigenista do mito fundador da nação: Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. Em 1972, um sesquicentenário marcado pelo general Emílio Médici (1905-1985) e os “anos de chumbo” da ditadura civil-militar brasileira, projetando para o futuro que nunca chega um Brasil grande.

Em 2022, nas comemorações de 200 anos de independência, avulta-se um fundamentalismo religioso que se quer guardião de uma tradição religiosa avessa ao país – que tem uma cultura religiosa tão mestiçada quanto a sua população – e que se reveste em um moralismo sexual sem discutir as implicações na saúde física e mental das brasileiras e brasileiros. Reveste-se ainda de um conservadorismo político que entende os militares como tutores da sociedade civil em todos os seus aspectos, demonizando

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

quaisquer outras opções políticas. A imaginação do atual governo do Brasil depende de uma nova sensibilidade que pretende colocar o “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, buscando repetir uma ideia de nação que não existe e de uma verdade absoluta calcada numa religiosidade que nega qualquer discussão, porque dogmática, não apenas com a ciência, mas também com qualquer outra religião.

Na outra ponta, o Romantismo resiste em ações anticapitalistas e ecológicas.

Referências

BARROS, Domingos Borges de (1850), *Os túmulos*, Salvador, BA: Tipografia de Carlos Poggetti.

BRASIL (1826), *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Typographia do Imperial Instituto Artístico. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/132489/222>

Campeão Portuguez, O (1819), Londres, L. Thompson. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/891223/1318>

CANDIDO, Antonio (2006), *Literatura e Sociedade*, Rio de Janeiro, RJ, Ouro sobre Azul.

COLERIDGE, Samuel Taylor (2005), *A balada do velho marinheiro*, Cotia, SP, Ateliê.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva (1974), *O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil*, São Paulo, SP, Cia Ed. Nacional.

GARCIA, Rodolfo, *Biografia de Domingos Borges de Barros*, s. l., 19--]. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1483396/mss1483396.pdf

Gazeta do Rio de Janeiro (1817), Rio de Janeiro, Impressão Régia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm

GUIMARÃES, Ana Rosa Gonçalves de Paula; PRÓCHNO, Caio César Souza Camargo (2016), “As principais características e atitudes do movimento romântico”, *Letras e Ideias*, vol. 1, n.º 1, pp. 66-85.

HUGO, Victor (1868), “Lettre de Victor Hugo” in Charles Dovalle, *Poésies*, Paris, Charpentier, Libraire-éditeur, pp. 7-26.

Dalvit Greiner de Paula – *Liberalismo e Romantismo no Brasil: discursos e práticas na construção do império brasileiro (1808-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 2. 2022. 71-91. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_2a4

Idade d'Ouro do Brazil (1818), Salvador, BA, Typografia de Manoel Antônio da Silva Serva. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749940x/93>

Império do Brasil: Diário Fluminense (1826), Rio de Janeiro, Typographia Imperial. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/1391>

Instincto, O (1839), Rio de Janeiro, Typografia Americana. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/instincto/717339>

KURY, L. (org.) (2007), *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*, Rio de Janeiro, FIOCRUZ. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8327j/epub/kury-9788575416037.epub>

MOREL, Marco (2005), *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec.

Patriota, O (1813), Rio de Janeiro, RJ, Impressão Régia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/opatriota/opatriota.htm

Recreador Mineiro, O. Periódico Litterario (1845), Ouro Preto, MG, Typographia Imperial de Bernardo Xavier Pinto de Sousa. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/recreador-mineiro-periodico-litterario/709620>

Revérbero Constitucional Fluminense, O (1822), Rio de Janeiro, Typographia Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/reverbero-constitucional-fluminense/700223>

RIBEIRO, Raquel Alexandra Oliveira da Silva (2010), *Romantismo: contextualização histórica e das artes*, Dissertação de Mestrado, Castelo Branco, IPCB. ESART. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/656>

Testamento de Judas, O (1849), Rio de Janeiro, Typografia de M. de S. Rego. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/738158/3>

VELOSO, Caetano Emanuel Viana Telles (2003), “Outros românticos” in Eucanaã Ferraz (org.), *Letra só*, São Paulo, Cia das Letras, p. 185.